



PIBIC/CNPq/UFPG-2009

“REPÚBLICA DOS RATOS”: CAOS ENDÊMICO NA PARAHYBA DO NORTE

Flávio André Alves Britto¹, Iranilson Buriti de Oliveira²

RESUMO

Este artigo é parte da pesquisa realizada no projeto de pesquisa “Esculápios patrióticos: práticas e saberes médicos na República da Parahyba (1900-1930). Através de dois surtos epidêmicos na Parahyba da Primeira República (peste bubônica e a varíola) pretendemos analisar: a instauração de práticas médicas de organização sócio-espacial, os saberes médicos-científicos e as instituições higiênicas responsável pela polícia sanitária, vigilância médica, desinfecção e vacinação. Metodologicamente, analisamos fontes jornalísticas e Relatórios de Estado, entendendo-os como espaço produtores de verdades, ao mesmo tempo, evidenciando como estes discursos são plurais e singulares em relação à saúde, à doença, à assistência médica e ao próprio recorte paraibano. Estes sujeitos-autores inventaram um discurso de uma Parahyba que tem tudo pra ser saudável, limpa, mas ainda se vê distante dos ideais de modernidade expressos pela higiene e pela sanitização.

ABSTRACT: "REPUBLIC OF RATS": CHAOS IN ENDEMIC NORTH PARAHYBA

ABSTRACT

This article is part of the research conducted in the research project "patriotic physicians": medical knowledge and practice in the Republic of Parahyba (1900-1930). Through two epidemic outbreaks Parahyba in the First Republic (bubonic plague and smallpox) to examine: the introduction of medical practices of socio-spatial organization, the medical-scientific knowledge and the institutions responsible for health hygiene, medical surveillance, disinfection and vaccination. Methodologically, we analyze sources and newspaper reports of the State, considering them as a producer of truths, while showing how these words are plural and singular in relation to health, disease, health care and the actual cutting of Paraiba. These subject-author invented a speech for a Parahyba that has everything you be healthy, clean, but still far from the view expressed by the ideals of modern hygiene and sanitização.

¹ Aluno graduando do 7º período do curso de História da UFPG, bolsista PIBIC/UFPG/CNPQ 2008-2009.

² Professor Doutor da Unidade Acadêmica de História e Geografia da UFPG.

Campina Grande, 1912. Ratos perambulam em terras campinenses. A partir deste ano, começa-se a circular em alguns jornais parahybanos, principalmente o jornal *A Imprensa*, uma constante preocupação (e porque não dizer pavor) da peste de ratos, não só em Campina Grande, mas em todo o estado da Parahyba. Campina Grande, ponto de fluxo da mercadoria algodoeira na época, estava sendo referida como socializadora, também, do mal bubônico, prescrevendo uma cidade, ao mesmo tempo, integradora de produtos econômicos como de doenças. A peste bubônica, como nos esclarece Lenilde de Sá, já havia atingido várias cidades portuárias, como em Santos em 1889, Recife em 1902, Rio de Janeiro em 1905 e no Maranhão em 1908, levando o então médico parahymano Flávio Maroja, responsável pelos recursos da Inspetoria de Saúde do Porto, a conhecer as medidas profiláticas que a chefia do serviço de higiene do Recife estava implementando para extinção da peste³.

A preocupação dos habitantes, inicialmente, era saber se realmente se tratava da peste bubônica ou não, pois que, embora a peste tivesse um “*caráter benigno*”, como expressou o dr. Seixas Maia ao Jornal *A Imprensa*, já teria feito 21 (vinte e um) mortos no mês de outubro de 1912. As páginas do *A Imprensa* se tornaram, ao mesmo tempo, um “manual” de educação sanitária que visava à profilaxia da bubônica⁴ e um “manifesto” contra o desinteresse político, aliado com a declaração da insuficiência do aparato médico-institucional. Ao que se parece, a dedicação aos interesses higiênicos e públicos da cidade partiu dos comerciantes de Campina Grande e não dos políticos locais. Após a ida ao Recife do dr. Octavio de Freitas, diretor de Higiene Pública, foi diagnosticado, através de um exame bacteriológico, tratar-se evidentemente da peste bubônica, concordando assim com a opinião dos médicos dr. Teixeira de Vasconcellos, Octavio Ferreira Soares, Lemos Junior, Chateaubriand, Seixas Maias e Costas Gondim⁵. O reconhecimento por parte da ciência médica aguçava ainda mais o medo tanto da

³ Sá, Lenilde Duarte. 1912: **O ano em que a peste bubônica atingiu Campina Grande e amedrontou a cidade da Parahyba.** *Saeculum* – Revista de História – nº 6/7. Jan/Dez/200/2001. Este é um texto extraído de sua tese de doutorado Sá, Lenilde Duarte. *Parahyba: uma cidade entre miasmas e micróbios. O serviço de higiene pública, 1895 a 1918.* Ribeirão Preto-SP, 1999. Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto. EERP/USP.

⁴ BURITI, Iranilson. **Os médicos e os ratos: a bubônica em Campina Grande e a instauração de uma estética do medo.** *Jornal Brasileiro de História da Medicina.* Vol. 2, suplemento I, novembro de 2008.

⁵ A bubônica em Campina Grande. Os tellegramas d’A Imprensa. **A Imprensa**, Parahyba. Segunda feira, 7 de Outubro de 1912.

cidade de Campina Grande, por abrigar os roedores, como a cidade da Parahyba, por sentir-se ameaçada pela eminente praga.

A verificação do diagnóstico se consuma como fator decisivo para as medidas enérgicas que deveriam ser tomadas a partir de agora. Segundo o redator do *A Imprensa* o exame seria “o único meio capaz de afirmar ou desmentir cathegoricamente ser realmente peste bubônica a doença estranha”⁶. Antes de se combater, deveria haver a verdadeira orientação do que era a doença, seus sintomas e, principalmente, seu tratamento. Esta sistematização foi apreendida também pelos médicos de Campina Grande, ao verificarem casos de peste bubônica através da alusão de alguns sintomas nos doentes como febre, dores pelo corpo, ínguas e os bubões. Percebe-se um enquadramento da doença, enquanto manifestação visível, fenomênica e não uma realidade incognoscível ou inacessível. A doença, na passagem do século XVIII para o XIX, como visou Foucault, é um conjunto de sintomas capazes de serem percebidos pelo olhar⁷. O olhar médico começava a perscrutar a doença, revelando-a e desmascarando-a. A doença deixa de ser um objeto estranho para tornar-se compreensível, nos fazendo (re)pensar o papel que a ela tem em relação ao homem, ao espaço e a história. A doença tem passagem obrigatória nos manuscritos das narrativas, desde historiadores antigos até os mais modernos e não seria surpresa presenciarmos uma profunda preocupação quanto a isso, haja vista que é um elemento participativo-interativo do ser humano durante sua história. Desta maneira, nós como historiadores podemos nos apropriar dela, enquanto objeto, para refletir um emaranhado de questões, saindo de um plano de análise puramente natural da doença para historicizá-la⁸.

O correspondente de Campina Grande, do jornal *A Imprensa*, relata um curioso caso de um preso que é recolhido à cadeia pública do monsenhor Salles, pelo simples motivo de se recusar a carregar um pestoso ao cemitério, justificando estar ocupado levando uma bandeja de café para as senhoras da

⁶ Idem.

⁷ MACHADO, Roberto. **Foucault, a ciência e o saber**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006, principalmente o capítulo 2: *Uma arqueologia do olhar*. Ver FOUCAULT, Michel. **Nascimento da clínica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

⁸ REVEL; PETER. *O corpo e o homem doente na história*. LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: novos objetos**. Tradução de Terezinha Marinho. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1995.

matriz⁹. O tal rapaz foi considerado um criminoso, mas se achava no direito de não carregar um corpo doente, marcado pela peste da bubônica e trazer para o si o mau indesejado através do contágio, haja vista que o dr. Teixeira recomendada que “a população mantivesse uma vida regrada, sem vícios, evitasse o contato com produtos advindos dos doentes e repelisse o convívio com ratos, pulgas e outros” (SÁ; 189,190). Este fragmento nos faz pensar a mentalidade dos cidadãos quanto ao contágio, à aproximação dos corpos sujos, doentes e debilitados através de um discurso higiênico produzido na/pela modernidade.

Percebemos como a definição da peste foi embasada sob o enfoque da teoria pasteuriana emergente a partir de 1870-1880, nos aspectos etiológicos, epidemiológicos e microbiológicos ou, “a doença que se pega”, frase cunhada por Sebastião Barroso¹⁰. A teoria de Pasteur enumera os vírus, as formas microbianas e a inseminação dos germes como um saber objetivado, reforçando o discurso positivista do século XIX¹¹. Entretanto, a higiene, segundo Georges Vigarello, não poderia se reduzir, apenas, ao funcionamento da prova, mas um discurso que comporta em si mesmo vertentes imaginárias¹². Desta forma, a higiene muda de definição e o micróbio se torna sua referência negativa. É a invasão do infinitamente pequeno; o invisível aterrorizando o mais forte (VIGARELLO; 161). O horror não estaria pelo que se é visível, mas justamente pelo que não se pode ver. Os ratos apenas eram a materialização de um mau maior que eles carregavam em si mesmos.

Ainda podemos salientar como o saber médico ou a medicina é uma estratégia bio-política, um dispositivo de saber/poder, normativo e disciplinar, capaz de produzir verdades sobre o corpo humano que conseqüentemente, insurge sobre o corpo urbano, na instauração de práticas sanitárias em nome da higiene urbana, social e pessoal. O poder político atribuído a medicina social visa distribuir, isolar, individualizar os indivíduos, estabelecer regras formais de

⁹ A bubônica em Campina Grande. Os telegramas d’A Imprensa. **A Imprensa**, Parahyba. Segunda feira, 7 de Outubro de 1912.

¹⁰ HOCHMAN, Gilberto. **A Era do Saneamento – As bases da política de Saúde Pública no Brasil**. São Paulo: Editora Hucitec, 2006.

¹¹ É válido salientar como o discurso médico-científico da modernidade é instituído do poder de dizer a “verdade” ou como lugar de onde se a produz. Neste progresso das ciências humanas estariam enunciados o positivismo comtiano, o darwinismo social spenceriano e a antropologia criminal lombrosiana. Ver: AGRA, Giscard. **A urbs doente medicada. A higiene na construção de Campina G(g)rande. 1877-1935**. Campina Grande. Marcondes, 2006.

¹² VIGARELLO, Georges. **O limpo e o sujo. A higiene do corpo desde a Idade Média**. Tradução de Isabel Aubyn – Lisboa, Fragmentos, 1985. Ver principalmente o capítulo intitulado “Os filhos de Pasteur”.

inteligibilidade, nem sempre seguidas à risca, mas define condições da possibilidade de compreensões de tais discursos numa dada sociedade. Desta forma, algumas instituições capitalistas se sustentam pela existência de aparelhos e práticas que favorecem a governabilidade, seja por estratégias ou táticas presentes nas relações de poder ou de produção de verdades¹³.

Foucault, o “filósofo-historiador”, compreende que cada sociedade apropria para si vários “regimes de verdades”, ou seja, “os tipos de discursos que ela acolhe e faz funcionar como enunciados verdadeiros... o estatuto daqueles que tem o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro” (FOUCAULT, 1979). Aliás, verdade e poder devem ser entendidas como sinônimos, haja vista que aquela é produzida, fabricada, lapidada cuidadosamente pelo mundo, um campo de batalha sangrento, onde vários enunciados se digladiam para produzir efeitos regulamentados de poder. O jornal *A Imprensa*, os médicos parahybanos, as “instituições da cura” são sujeitos-autores que produziram discursos vários sobre a higiene e sobre a(s) cidade(s), participando do processo de tornar certos acontecimentos significativos. Todavia, a realidade não estaria na unidade destes eventos, mas na regularidade de sua dispersão.

O jornal *A Imprensa*, veiculador assíduo sobre as informações da peste, trazia o contraste de uma cidade grande, prestigiada pelo comércio do algodão, mas que não tinha o mais insignificante serviço de higiene pública. Nas palavras desafiadoras do dr. Paulo Affonso, a peste na cidade parecia um fato esperado, pois não havia qualquer organização higiênica na cidade que impedisse o alastramento dela, ao contrário, as casas continuavam “sem latrinas, os quites sem esgoto, o açude sem sangradouro, servindo de receptáculo a todas as dejectões, as ruas sujas, os hotéis sem asseio, não poderia deixar de sofrer, mais dias menos dias, a invasão de uma doença aterrorizadora, como o é a *peste bubônica*”¹⁴.

O único ponto positivo da peste era uma intensa (re)visitação quanto aos caminhos da política médica na cidade que, segundo o jornal, estavam apáticas quanto aos acontecimentos. O dr. Paulo Affonso, ao declarar tal descrédito político, chama a atenção dos leitores para não confundir seu posicionamento,

¹³ SARGENTINI, V; NAVARRO-BARBOSA. *Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade*. São Carlos: Clara Luz, 2004. Ver o capítulo 2: “Foucault, o discurso e a História”.

¹⁴ (Dr. Paulo Affonso) Peste bubônica. *A Imprensa*, Parahyba. Quinta-feira, 10 de Outubro de 1912.

como um desejo da queda do então prefeito Cristiano Lauritzen e a subida do Sr. Affonso Campos, porém uma questão de “*consciência patriótica*”. Entendemos que esta consciência patriótica que ele atribuiu a si mesmo, se confundia com uma consciência higiênica não só do ser humano, mas do ser urbano. A “ordem” e o “progresso” seriam códigos que a cidade não estava compartilhando naquele momento, assim, é entendida não como uma cidade que abriga pestilentos, apenas, mas um espaço, propriamente, doente. Neste sentido não eram só os doentes que precisavam dos médicos, mas a cidade enquanto materialidade necessitava urgentemente ser cirurgiada em nome do progresso. A imagem da cidade estava sendo manchada pela bubônica. O caos estava denunciado nas casas que recebiam as notícias através dos telégrafos e dos jornais locais. O medo batia as portas da cidade, acompanhado pelo pavor que incandescia a áurea da civilização, de uma cidade que pretende ser grande, progressista, moderna. Movimentada pelo comércio, a cidade assistia pasma ao movimento de ratos, de doentes morrendo aos poucos e o temor do contato com o “outro”, enfermo.

Continua aqui a mortandade dos ratos e gatos. Hontem verifiquei casualmente que haviam ratos mortos pela rua. Não foi tomada nenhuma providencia sobre o pessimo estado hygienico da cidade: os porcos continuam a perambular a cidade como se fossem cidadãos estrangeiros em terra conquistada; os quintaes das casas são verdadeiras estrumeiras. É a porcaria triumphando! Para quem apellar?...¹⁵.

Não eram os ideais republicanos e higiênicos que triunfavam, era a “porcaria”. O sarcasmo do correspondente do *A Imprensa* atestava a precariedade sanitária da cidade de Campina Grande. Como os estrangeiros se sentiriam ao ver a rainha do algodão tendo como cidadãos os porcos e os ratos? A autoridade pública parecia não estar atenta a imagem que estava sendo formada para a cidade de Campina Grande, detectada na falta de desdobramentos quanto à peste nas mensagens do presidente João Pereira Castro Pinto em 1913. O nível alarmante que o *A Imprensa* expressa, não se vê

¹⁵ A bubônica em Campina Grande. Os telegrammas d’A Imprensa. *A Imprensa*, Parahyba. Quinta-feira, 10 de Outubro de 1912.

na mensagem presidencial, pois as irrupções não teriam chegado à capital, graças, segundo ele, “á acção purificadora dos ventos reinantes, bem como sobre a grande arborização, infelizmente cada vez mais devastada pela incúria e egoísmo dos habitantes desta zona”¹⁶. Ou seja, o próprio presidente admitia que a não proliferação da peste não estava atrelada a medidas governamentais quanto a saúde pública, mas uma interdição que a própria natureza fez o favor de atuar. Nem apenas mencionou que o dr. João Lopes Maçado (ex-presidente, em 1912), atendido pelo governo federal, enviou a Campina Grande um comissão de médicos fluminenses incumbidos de adotar medidas necessárias a extinção da peste e meios para prevenir a sua invasão em outras partes do estado¹⁷.

O inimigo que não podia ser visto amedrontava o corpo urbano e, apesar de ser reconhecida oficialmente a doença, ainda não se tinha tomado medidas necessárias para evitar a propagação do referido mal. A peste estava na embocadura do sertão e um “dia de viagem”¹⁸ para a capital, lembrando que o trem ia e vinha de Campina Grande para a Parahyba constantemente. A preocupação não deveria estar somente no cuidado com os pestosos e na vacinação do povo, mas na instauração de outros serviços como a desinfecção dos carros da companhia *Great Western* e o isolamento dos enfermos. O trem além de compartilhar as novidades das notícias, da moda e dos costumes, compartilhava as doenças, os ratos, o horror. O símbolo da modernidade estava agindo em favor, mesmo que contraditoriamente, do caos, do atraso, o lugar onde a cidade repugnava permanecer em ficar. Para o *A Imprensa* era urgente cessar o tráfego das linhas férreas entre a cidade e as outras localidades e, enquanto não fosse tomada esta medida, fosse realizado um rigoroso serviço de desinfecção nos comboios¹⁹.

Lenilde de Sá nos lembra que as determinações do decreto nº 494 de 8 de Junho de 1911, mostrava que o incipiente serviço de higiene estava restrito a cidade da Parahyba, por sua vez dependente da capital da República. João Machado citando Hebert Spencer, compreende que “a lei não é criação, ella

¹⁶ João Pereira Castro Pinto. **Mensagem presidencial**. Mensagem apresentada a Assembléia do Estado em 1º de Outubro de 1913. Parahyba.

¹⁷ A bubônica em Campina Grande. Os telegrammas d’A Imprensa. **A Imprensa**, Parahyba. Quinta-feira, 10 de Outubro de 1912.

¹⁸ A bubônica em Campina Grande. Os telegrammas d’A Imprensa. **A Imprensa**, Parahyba. Segunda-feira, 14 de Outubro de 1912.

¹⁹ Idem, ibdem.

*representa o producto natural do character do povo*²⁰. No entanto, percebemos como a sociedade parahybana não entendia, em sua totalidade, os rumos da medicina social e os contornos de uma política médica, ora tendo um estranhamento, ora recepcionando.

Da solicitação de remessa de 100 tubos de *serum anti-pestoso*, 50 seriam destinados a Campina Grande, unidades que o Diretor desconhecia sua aplicação. A questão de Sá é bastante pertinente quando pergunta: o que seriam 50 tubos para prevenir a peste numa população local de 10.000 habitantes?²¹ Praticamente insignificante. O recente serviço de higiene da capital ainda não estava inteiramente organizado e não poderia dar suporte às deficiências que estava ocorrendo no interior do estado.

Já não bastasse a praga que acometia Campina Grande e rodeava a capital, esta estava ameaçada por outra iminente praga: a varíola. Já no mês de janeiro de 1913, têm-se notícias de casos gravíssimos do *morbis* que, se não averiguados urgentemente, assumiria um caráter epidêmico devastador. A varíola, aliada com a tuberculose, assustava os moradores da capital e, mais uma vez, o problema da saúde pública é colocada em jogo. A última epidemia de varíola foi verificada em 1906, acentuando-se drasticamente em 1907. Lembranças de dores que não poderiam acontecer novamente. O presidente de estado Castro Pinto, em 1913, via na criação de um hospital de isolamento para doentes de moléstias epidêmicas um melhoramento inadiável, e junto com o diretor de Higiene Pública teriam comprado um terreno para construção da instituição²².

O hospital de isolamento seria uma medida a médio-longo prazo, só existia de fato no papel. A preocupação, não só do presidente, mas do diretor de Higiene e de médicos parahybanos era a mentalidade do povo contra a viabilidade da vacina.

E'certo que nas classes inferiores ainda domina o preconceito ignorante do grande peccado de "botar peste no corpo" na recusa que se faz em acceitar a vacinação anti-variolica.

²⁰ João Lopes Machado, mensagem presidencial, 1911.

²¹ Sá, Lenilde Duarte. **1912: O ano em que a peste bubônica atingiu Campina Grande e amedrontou a cidade da Parahyba**. Saeculum – Revista de História – nº 6/7. Jan/Dez/200/2001, p. 187.

²² João Pereira Castro Pinto. **Mensagem presidencial**. Mensagem apresentada a Assembléia do Estado em 1º de Outubro de 1913. Parahyba.

E' preciso – e não se me diga o contrario – que a epidemia de varíola derrame-se pelos centros onde ella irrompe; faz-se preciso que ella espalhe o terror, ceife vidas preciosas, para que a população procure immunisar-se, acceitando aquillo que se lhes offerece de bom grado, gratuitamente, e muitas vezes sob rogos e supplicas²³.

Maroja se sentia perturbado quanto ao obstáculo ao progresso da higiene no estado e ao preconceito ignorante do grande pecado de “*botar peste no corpo*”, recusando a aceitar a vacinação antivariólica. Segundo Castro Pinto, “*se a mentalidade do nosso povo reagisse contra certos preconceitos, acceitando espontaneamente a única prophylaxia infallivel... essa epidemia estaria de todo extincta no nosso paiz*”. Temos então um debate político ferrenho em torno da vacina ser ou não obrigatória. O médico Flávio Maroja, rememorando a frase do higienista carioca Oswaldo Cruz “*hoje só tem varíola quem quer*”, desloca a culpa do mal epidêmico para a população ignorante quanto à prática vacinal. Seu brado higiênico ao jornal *A Imprensa* era: “*Vaccinem-se! Revaccinem-se!*”²⁴. Esse “despotismo sanitário” teve eco nos empreendimentos do prefeito carioca Pereira Passos, no alargamento de avenidas e ruas e do médico Oswaldo Cruz, na adoção de medidas contra a febre amarela e depois, com a peste bubônica, na exigência de exterminação de ratos e pulgas, como na limpeza e desinfecção de ruas e casas²⁵.

Flávio Maroja chama a atenção para a eficiência do Parlamento Alemão ao estabelecer a vacinação obrigatória no país em 1875, e como esta aplicação legal teve resultados benéficos para exterminar o mal na Alemanha. O médico parahybano não era um adepto da idéia alemã, mas apoiaria tal decisão se a rejeição a vacina persistisse em acontecer. Neste “manifesto”, Maroja expõe o papel que o Estado pode e deve exercer no combate e prevenção das moléstias epidêmicas, pois à medida que se tinha um progresso da medicina e da higiene, as bases do governo se tornam sólidas para ampliar a legislação sanitária, em direção a esforços sistemáticos para controlar a cidade e a população²⁶.

Em 1914, segundo mensagem presidencial, a vacinação sistemática não causava mais tantas rejeições, mas ainda presenciava a falta de aceitação da

²³ (Flávio Maroja) A varíola. *A Imprensa*, Parahyba. Segunda-feira, 25 de agosto de 1913.

²⁴ Idem, ibidem.

²⁵ CARVALHO, José Murilo. *Cidadãos ativos: a Revolta da Vacina. Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

²⁶ COSTA, Jurandir Freire. *Ordem e Médica e Norma Familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

vacina *Jenner* (antivariólica), introduzida no Brasil em 1801, tornando-se obrigatória em 1837 no Rio de Janeiro. No entanto, a presença efetiva do estado na saúde pública vai ganhando contornos cada vez mais específicos. A afirmação de Maroja sobre a atuação estatal pode ser notada na fundação do Instituto Vacinogênico que segundo Castro Pinto foi uma inspiração do drs. Eustachio de Carvalho e Flavio Maroja. Porém, o instituto não seria capaz de eliminar a varíola da capital, pois os mosquitos transmissores tinham seus abrigos nos esgotos da cidade. Mais uma vez, o corpo urbano é colocado na mesa cirúrgica e seu médico é o engenheiro dr. Saturnino de Brito, reconhecido internacionalmente, conciliava problemas higiênicos com saneamento da cidade, modernizando sistemas de abastecimento de água e de esgoto, como fez no Recife.

As outras causas de mortandade encontram-se, certamente, nos defeitos architectonicos dos nossos domicílios, na ignorância hygienica do povo e, especialmente, na falta de uma rêde de exgottos indispensável ao asseio da cidade e da mesma população. Sem exgottos não é possível a hygiene publica de cidade alguma e, particulamente a da Parahyba do Norte, onde certas condições mesologicas, entranhadas no costume do povo e accrescidas pelos defeitos da construcção predial, actuam consideravelmente sobre factoes pathogenos existentes por toda parte²⁷.

O problema da higiene é um diálogo constante entre o corpo humano e urbano. As transformações e conseqüências são para ambas as partes. O que nos interessa é perceber como esta experiência parahybana não esta dissociada com a realidade ao qual o país se inseria. O Brasil era metaforizado como um “grande sertão doente” ou um imenso hospital, como disse Miguel Pereira. O impacto público da divulgação do relatório da expedição médico - científica do Instituto Oswaldo Cruz, chefiado por Belisário Penna e Artur Neiva, (re)descobriu um país doente, abandonado, sem identidade nacional e difusor de doenças endêmicas²⁸.

A emergência do corpo parahybano como estudo por historiadores nos permite “andar” lugares poucos visitados, ainda obscuros para a história da saúde

²⁷ Francisco Camillo de Hollanda. **Mensagem presidencial.** Mensagem apresentada a Assembléia do Estado em 1º de setembro de 1917. Parahyba.

²⁸ HOCHMAN, Gilberto. *‘Logo ali, no final da avenida: os sertões redefinidos pelo movimento sanitarista da Primeira República’.* História, Ciências, Saúde – Manguinhos, vol V, (suplemento), 217-235 julho 1998.

e da doença em nível estadual. Nossa preocupação foi evidenciar entre os anos 1912-14, como se comportava o corpo parahybano diante de eminentes pestes como foi à bubônica e a varíola. Estas pragas nos serviram de pontos de partida para analisar a realidade de forma menos simplista e ingênua, reconhecendo que a Parahyba do Norte, neste momento, era, também, um grande hospital, um imenso sertão, uma república de ratos e morbus.

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos ao CNPQ pela bolsa de Iniciação Científica e ao Prof. Dr. Iranilson Buriti por possibilitar a mim esta experiência com a pesquisa em história.

FONTES

Jornal **A Imprensa**, 7 de Outubro de 1912.

_____, 10 de Outubro de 1912.

_____, 14 de Outubro de 1912.

_____, 25 de agosto de 1913.

Mensagens presidenciais, João Lopes Machado (1911-12)

_____, João Pereira Castro Pinto (1913)

_____, Francisco Camillo de Hollanda (1917)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGRA, Giscard. **A urbs doente medicada. A higiene na construção de Campina G(g)rande. 1877-1935.** Campina Grande. Marcondes, 2006.

BURITI, Iranilson. **Os médicos e os ratos: a bubônica em Campina Grande e a instauração de uma estética do medo.** Jornal Brasileiro de História da Medicina. Vol. 2, suplemento I, novembro de 2008.

CARVALHO, José Murilo. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem e Médica e Norma Familiar**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro. Graal, 1979.

_____. **Nascimento da clínica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

HOCHMAN, Gilberto. **A Era do Saneamento – As bases da política de Saúde Pública no Brasil**. São Paulo: Editora Hucitec, 2006.

_____. *‘Logo ali, no final da avenida: os sertões redefinidos pelo movimento sanitário da Primeira República’*. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, vol V, (suplemento), 217-235 julho 1998.

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: novos objetos**. Tradução de Terezinha Marinho. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1995.

MACHADO, Roberto. **Foucault, a ciência e o saber**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006

SARGENTINI, V; NAVARRO-BARBOSA. **Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade**. São Carlos: Clara Luz, 2004.

SÁ, Lenilde Duarte. **1912: O ano em que a peste bubônica atingiu Campina Grande e amedrontou a cidade da Parahyba**. *Saeculum* – Revista de História – nº 6/7. Jan/Dez/200/2001.

VIGARELLO, Georges. **O limpo e o sujo. A higiene do corpo desde a Idade Média**. Tradução de Isabel Aubyn – Lisboa, Fragmentos, 1985.